

Parques urbanos na dinâmica do lazer e do turismo: entre contradições e possibilidades

Antonio Rafael Barbosa de Almeida

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Professor assistente na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil.

E-mail: antoniorafael@ccsa.uespi.br

Resumo

O lazer e o turismo emergiram como fenômenos intensivos e contemporâneos de produção e de consumo dos espaços em que as cidades e, em particular, as suas áreas verdes e parques urbanos adquiriram novas formas, funcionalidades e simbologias. Ao focar o turismo enquanto um fenômeno complexo, dinâmico e multidimensional se percebe como ele, para além de promover a requalificação e a valorização espacial e gerar oportunidades econômicas locais, cria ou amplifica tensões, disputas e contradições em torno do ambiente urbano e de suas áreas verdes. A partir desse entendimento, este trabalho tem como objetivo central compreender a associação entre os parques urbanos e as práticas de visitação, sobretudo as turísticas, no bojo da cidade atual - cidade esta que busca se nortear pelos pressupostos da sustentabilidade para se destacar na competição interurbana regional e global. Para tanto, tem-se um estudo teórico e exploratório, que faz uso de uma abordagem qualitativa, a partir do levantamento da literatura e da pesquisa bibliográfica, para o alcance de suas intenções. Parte-se de um viés histórico que busca retratar e refletir sobre as origens das áreas verdes e parques urbanos, da modernidade aos dias hodiernos, para então, compreender os papéis, os apelos, as intenções e os usos inerentes a esses espaços. Nesse contexto, insere-se o lazer e o turismo enquanto meios de produção e consumo no âmbito urbano que podem tanto agravar as problemáticas e os conflitos socioespaciais, como também oferecer usos mais conscientes e responsáveis quando vinculados a propostas que integrem as comunidades de entorno, visitantes e turistas. Por fim, traz-se à tona a importância do planejamento e da gestão das práticas de visitação nos parques urbanos, com a inclusão da educação ambiental, de meios interpretativos e medidas que ampliem a participação social e comunitária.

Palavras-chave: Parque urbano. Turismo. Lazer. Cidade.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades na Era Moderna, fruto da prosperidade econômica, da exploração do trabalho humano e do domínio dos recursos ambientais, gerados pela ascensão do capitalismo e dos fenômenos da industrialização e da urbanização na Europa, fez por emergir alterações e rupturas nas relações entre sociedade e natureza. Nesse mesmo momento histórico, as áreas verdes urbanas, especialmente parques e jardins, passaram a figurar dentre os espaços públicos essenciais para a convivência e a sociabilidade nas capitais europeias, ao passo que também representaram novas concepções estéticas, o domínio sobre a natureza e o controle social, tornando, com isso, um dos símbolos para ratificar e consagrar o progresso da sociedade urbano-industrial que se formara.

Em tempos atuais, o termo parque urbano denomina uma tipologia do espaço público que, em contínua recodificação (MACEDO; SAKATA, 2010), congrega múltiplas feições, tamanhos, formas, equipamentos e meios para a sociabilidade e a conservação ambiental (MELO, 2013; ALBUQUERQUE, 2020), o que torna a sua conceituação e caracterização complexas. Correndo o risco de impor barreiras a pluralidade de suas expressões, este trabalho compreende essas áreas como um tipo particular de espaço verde, indissociável ao ambiente urbano ou periurbano, de domínio público, com limites espaciais definidos, sob algum instrumento legal de implantação e proteção e com a disposição de instalações, serviços e atrativos que motivem e suportem as diferentes práticas de visitação.

A permanência desses espaços no contexto da cidade perpassa um amplo conjunto de abordagens urbanísticas, de interesses econômicos, de incentivos ao lazer, saúde e qualidade de vida, de pressões sociais, e de apelos à conservação da natureza, que se molda ao ideário da cidade verde e sustentável. Essa orientação tem sido adotada como indicativo ao alcance da resiliência, do bem-estar e da sustentabilidade dos assentamentos humanos, conforme muitas das recomendações encampadas por organismos internacionais, sobretudo pela Organização das Nações Unidas (ONU), através, por exemplo, da Agenda 21, do Relatório Nosso Futuro Comum (GOMES, 2014) e do seu atual pacto para a superação dos problemas planetários – a Agenda 2030, que se desdobra em dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além de referência para as cidades e seus residentes, parte significativa dessas áreas verdes passou a figurar enquanto locais de interesse e atratividade turística. Tal afirmação pode ser confirmada tanto pela constante presença desses espaços nos itinerários turísticos, como por sua frequente menção entre os atrativos mais visitados nos principais destinos turísticos no mundo e no Brasil, seja por meio de pesquisas oficiais realizadas pelos órgãos de turismo locais ou em enquetes informais em sites de viagens e mídias sociais. A aproximação entre os parques urbanos e o turismo tem se estabelecido através de políticas de qualificação, de estruturação e de divulgação voltadas à comunicação e oferta de novas funcionalidades e dinâmicas ao público visitante, ao passo que auxiliam na promoção turística das regiões receptoras e na concorrência interurbana estabelecida e reforçada pela atividade.

Diante desse cenário, é possível observar e refletir acerca da relação entre os parques urbanos, o lazer e o turismo no âmbito de suas práticas, efeitos, contradições e possibilidades, alinhando-se às discussões sobre a cidade, os fenômenos econômicos e socioespaciais urbanos e os estímulos à conservação ambiental e a sustentabilidade.

Para tanto, este estudo buscará responder não apenas de que modo o lazer e o turismo se articulam e interagem com esse tipo particular de espaço verde, mas, em especial, quais meios podem ser adotados para instaurar experiências de visitação mais respons aveis, inclusivas e conscientes para residentes e turistas atrav es desses equipamentos?

Assim, este trabalho tem como objetivo central o de compreender,   luz da pesquisa bibliográfica, a associa o entre os parques urbanos e as práticas de visita o, sobretudo às turísticas, instituídas no bojo da cidade atual e de seus desafios e possibilidades. Para tanto, o mesmo apresenta a seguinte estrutura: a primeira se o   dedicada   introdu o, que contempla a delimita o do tema, o problema da pesquisa e a contextualiza o dos objetivos do estudo. Na segunda parte são tratados os aspectos metodológicos adotados e, em seguida,   trazida a revisão e discussão teórica (se o 3), finalizando com as considera es finais (se o 4), os agradecimentos e a listagem das referências utilizadas.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se configura como um ensaio teórico, de natureza exploratória e de abordagem qualitativa em que se busca discutir a rela o entre os parques urbanos, o lazer e o turismo. Para isso, são destacados, por meio da revisão da literatura e da pesquisa bibliográfica, os aspectos históricos, os papéis e as fun es dos parques urbanos no cenário da cidade atual, aquela que tenta se guiar pelos pressupostos da sustentabilidade para se destacar na competi o interurbana regional e global, ao passo em que são identificados os mecanismos de apropria o, as contradi es e as oportunidades alternativas geradas pelas práticas turísticas nesses espaços.

Para a constru o teórica do estudo foi realizada a revisão da literatura, a partir da sele o e análise de artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, e a consulta a disserta es e teses provenientes de programas de p s-gradua o brasileiros. De modo complementar, ainda foram selecionados livros e outras publica es alinhadas aos campos de estudo da arquitetura e urbanismo, da geografia, do meio ambiente, do lazer e do turismo que tratam direta ou indiretamente sobre as áreas verdes e parques na interface com as cidades.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Parques urbanos: de sua g nese aos dias atuais

Enquanto locais de reprodu o do espaço natural, os parques urbanos oferecem um amplo meio para relatar a constru o histórica da rela o cidade-natureza (LOUGHRAN, 2018). Nessa perspectiva, a literatura que registra o emergir dos espaços verdes públicos no âmbito das cidades tem estabelecido, preferencialmente, a Idade Moderna como ponto de partida para dissertar sobre o tema, ainda que parte dos autores reconheça que espaços similares tenham existido desde a Antiguidade (RAIMUNDO; SARTI, 2016). Isso ocorre não ao acaso, já que   na Modernidade em que se intensificam os processos de explora o dos recursos naturais e de degrada o da qualidade ambiental nas grandes cidades industriais europeias, o que motiva o crescimento quantitativo e a valoriza o dos ambientes intencionalmente arborizados, como jardins e parques públicos, junto   popula o cidadina.

O atual modelo de parque urbano deriva da abertura para fins recreativos e contemplativos de remanescentes verdes presentes no entorno de fortificações sem uso, dos jardins reais e das áreas de caça de propriedades da nobreza europeia, entre os séculos XVII e XVIII (MAGNOLI, 2006; PAULA, 2017; ALBUQUERQUE, 2020). Esse movimento reflete as transformações sociais geradas com a ascensão das classes mercantil e burguesa e a consolidação dos ideais capitalistas (SEGAWA, 1996 *apud* PAULA, 2017) em cidades europeias, como Londres, Paris e Munique, e, em seguida, norte-americanas, como Nova Iorque (MAGNOLI, 2006). Todavia, é somente no século seguinte, conforme Meneses (2018), em que esses equipamentos se consolidam enquanto espaços públicos na perspectiva de seu funcionamento e de seus mecanismos de administração.

Em fins do século XIX, os parques urbanos estavam relacionados aos processos de alienação da força de trabalho dos operários ocorridos no bojo e após a revolução industrial. Nessa perspectiva, esses espaços fizeram parte das estratégias das elites em manter o controle social da classe trabalhadora, propiciando a recuperação da saúde física e mental a partir da socialização e da contemplação dos espaços naturais reproduzidos (MELO, 2013; ALBUQUERQUE, 2020). Tal ação exprimia as aspirações das elites industriais da época, ou seja, proprietários dos meios de produção fabris, em agir para a manutenção do *status quo* de dominação social, minimizando as chances de rebelião da classe trabalhadora que ora assombravam os novos ricos (LEFEBVRE, 2001), no controle da proliferação de doenças e no aumento da produtividade dos trabalhadores (RAIMUNDO; SARTI, 2016) e, conseqüentemente, do aumento dos ganhos dos proprietários dos meios de produção.

O higienismo surge nesse contexto na tentativa de estabelecer melhores condições sanitárias no ambiente urbano, com a adoção de medidas que favorecessem a salubridade ambiental nas cidades. Dentre as ideias propagadas esteve a que associava a presença da arborização como fator de combate as epidemias e surtos de doenças infecciosas, o que também justificou o incentivo à criação de jardins e parques públicos nas cidades no século XIX. As medidas higienistas, no entanto, não estavam desarticuladas dos interesses das elites da época, ao contrário, faziam parte do processo de controle das camadas mais pobres da sociedade.

Assim, como resposta às questões sanitárias e estéticas das cidades europeias (MELO, 2013), os parques urbanos tiveram papel fundamental nas formas de ocupação, nas alterações promovidas no espaço urbano e na melhoria das condições sanitárias das capitais europeias no pós-revolução industrial, ao passo que também foram meios para aprofundar a segregação socioespacial no interior das cidades. O modelo urbanístico adotado inicialmente por Londres e, em seguida, por Paris, que prezava pela abertura de grandes avenidas, com passeios largos e canteiros gramados e arborizados, também foi o que impôs a expulsão das classes mais pobres das regiões centrais e, portanto, mais privilegiadas para zonas periféricas dessas mesmas cidades (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Como expressão de uma nova, “*sadia*” e próspera sociedade, esta tipologia de espaço público logo foi exportada para diferentes cidades no mundo. No Brasil, a motivação inicial com a arborização do espaço urbano através dos parques, praças e passeios não esteve alinhada, num primeiro momento, ao controle das camadas sociais mais pobres (LIMNIOS; FURLAN, 2013), tampouco estava atento às reais necessidades

da nova massa urbana dos principais centros populacionais do país no século XIX (PAULA, 2017).

No caso brasileiro, a origem das áreas verdes urbanas se deu no intento de reproduzir a estética das cidades europeias, com inspirações do paisagismo inglês e francês, para, sobretudo, o deleite das camadas sociais mais elevadas (MACEDO; SOARES, 2010; SILVA; PASQUALETTO, 2013; MENESES, 2018). Já na iminência da chegada do século XX, o modelo higienista, que tem na criação das áreas verdes uma de suas características, já motivava a requalificação das cidades brasileiras mais populosas e importantes, dentre elas Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, com a demolição das instalações que ofereciam riscos sanitários e a transferência da população pobre para locais mais afastados das áreas centrais para criação de estruturas e a arborização dos espaços públicos (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Ainda distantes dos atuais apelos de conservação ambiental, os parques e demais áreas verdes ganharam, no Brasil e no mundo, ainda mais importância no contexto das cidades na passagem entre os séculos XIX e XX, período em que ocorreu a diversificação de suas funções, formas de idealização, apropriações e usos (CARVALHO; GOSLING, 2019). Mas é, sobretudo, após a segunda metade do século XX, com os desafios impostos pelo crescimento populacional, a expansão e a fragmentação da malha urbana, bem como, pela postura empreendedora assumida pelos governos locais (HARVEY, 2005), que os parques e espaços verdes foram cada vez mais associados ao planejamento e à governança urbana e pensados do ponto de vista da valorização espacial e da lucratividade.

Por outro lado, a inauguração de um olhar de maior pluralidade sobre esses espaços induziu, então, a atuação de grupos organizados da sociedade civil que passaram a reivindicar meios mais inclusivos e democráticos de participação e de ocupação social desses e de outros espaços públicos urbanos. Esse movimento buscou articulação através de temáticas emergentes, como o bem-estar e qualidade de vida, o exercício da cidadania e o direito à cidade, bem como a sustentabilidade e a conservação ambiental, possibilitando novas funcionalidades e usos para esses locais. Foi assim que,

os parques e áreas livres de uso comum, outrora inseridos nos ideais da cidade industrial “maquinaria”, ganham novas configurações e passam a assumir um caráter de resistência no confronto de diferentes percepções da vida urbana e, embora não tenham se libertado dos pressupostos higienistas, procuram responder à diversidade cultural, paisagística e ambiental (RAIMUNDO; SARTI, 2016, p.9).

Nesse caminho, merece especial destaque a vinculação dos parques urbanos e das áreas verdes as medidas de conservação ambiental e de restauração ecológica face ao iminente esgotamento dos recursos naturais e da intensa diminuição da salubridade do ambiente urbano. A partir do fortalecimento da questão ambiental e do ambientalismo nas décadas de 1960 e 1970, esses espaços se tornaram cada vez mais prestigiados e integrados a estrutura urbana, tornando-se indicadores de qualidade ambiental e um dos principais símbolos da cidade verde e sustentável (RAIMUNDO; SARTI, 2016) e do modo de vida sustentável - ainda que continuem a carregar as contradições existentes desde a sua gênese na cidade industrial.

Apesar de localmente circunscritos, parques e demais áreas verdes passaram a figurar como importantes espaços em favor da proteção à natureza e da superação dos desafios globais de restauração do equilíbrio do planeta. Nessa direção, as cidades, lócus e representação de uma modernidade que triunfou sobre o mundo natural, foram confrontadas com a necessária coexistência com a natureza (HEYNEN et al., 2006 *apud* LOUGHRAN, 2018), assumindo, a posteriori, compromissos para estabelecerem políticas de conservação ambiental que também incluíam os seus espaços verdes e parques nas estratégias de conscientização e de conservação¹ da biodiversidade (KIYOTANI; ROCHA; PAES, 2016).

Então, uma das principais estratégias adotadas para justificar a permanência e os investimentos públicos nos espaços verdes urbanos esteve assentada na propagação dos benefícios, também denominados de serviços ambientais, oferecidos por eles às cidades e aos habitantes (PACHECO; RAIMUNDO, 2014), dentre os quais, destacam-se: a melhora da qualidade ambiental, com ênfase na regulação do clima e de poluição atmosférica, dos serviços associados ao bem-estar social e a restauração psicológica, e, até mesmo, de seus valores estéticos, históricos e recreativos (CHIESURA, 2004). Cada vez mais, os parques e demais espaços verdes se associam às orientações para o enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas globais, por meio da instauração de medidas de prevenção e diminuição da vulnerabilidade do ambiente urbano. Assim, ainda que sob concepções utilitaristas e antropocêntricas da natureza, os benefícios gerados pelas funções ecológicas e ambientais propiciadas por esses espaços foram levados a legitimar a implantação e a continuidade desses equipamentos em meio à *urbe* (RAIMUNDO; SARTI, 2016).

Também é possível evidenciar o papel da ONU para difundir a implantação e manutenção das áreas arborizadas no contexto das cidades. A atuação da entidade, que esteve pautada pela ênfase na relação entre os parques e a arborização urbana aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, foi fundamental para que, mesmo que de modo retórico, houvesse a incorporação dos apelos dirigidos às cidades frente aos desafios globais de conservação pelos governos nacionais e locais (GOMES, 2014). Contudo, ainda segundo o mesmo autor, a proliferação dos parques urbanos foi promovida a partir de um projeto urbano arraigado na modernidade, em que o meio ambiente é visto como “*meta e norma*”, o que, em muitos casos, possibilitou o agravamento das desigualdades socioespaciais urbanas e das tensões entre diferentes grupos sociais.

Os conflitos, as tensões e a segregação aprofundados ou estabelecidos por meio dos parques urbanos, integram à lógica da produção da cidade e de suas contradições. Nesse sentido, aludimos Lefebvre (2001) quando, olhando ainda para a Paris do século XIX, afirmou que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade”. Em dias atuais, as palavras acima podem ser expressas, por exemplo, a partir do acesso desigual aos espaços públicos, pela concentração de investimentos governamentais e privados em zonas privilegiadas da cidade ou, como trazido por Caldeira (2000), através da insegurança instaurada pela violência urbana, que constrange, limita e reposiciona a vida pública dos cidadãos.

¹ No texto original, as autoras se referem à preservação (e não conservação) da biodiversidade.

Partindo disso, torna-se fundamental pensar os espaços verdes e parques urbanos na perspectiva da não dissociação destes aos mecanismos de reprodução do capital e das contradições próprias da ocupação do habitat urbano, enquanto se considera novas formas de apropriação desses espaços, desta vez fundamentadas em processos formativos, inclusivos e democráticos. Assim, permite-se refletir criticamente sobre como instaurar estratégias plurais e resilientes de convivência e diálogo entre esses equipamentos, os habitantes e as próprias cidades. Com isso, é necessário, também, o pensamento acerca dos meios de aproximação entre os parques urbanos e as formas contemporâneas de consumo dos espaços e das paisagens, tendo como ponto de partida o lazer e, sobretudo, o turismo, conforme será discutido na próxima seção deste trabalho.

3.2 Parques urbanos na dinâmica do lazer e do turismo

No bojo das transformações socioculturais e econômicas promovidas pela revolução industrial e pela consolidação do sistema capitalista, os fenômenos do lazer e do turismo estão entre os mais emblemáticos. O desenvolvimento da tecnologia, a maior segurança e conforto nos deslocamentos, os apelos sociais de consumo das viagens e a posterior conquista de direitos trabalhistas podem ser citados como os principais propulsores desses fenômenos na Era Moderna, e bases para o caráter inequívoco assumido por ambos na sociedade contemporânea.

Por outro lado, a insatisfação com as problemáticas do ambiente urbano, além de ensejar o princípio do ativismo ambiental e a valorização da natureza selvagem (DIEGUES, 2008), é apontada como uma das responsáveis por estabelecer (e intensificar) o deslocamento de viajantes para áreas naturais, rurais e balneares próximas aos grandes centros urbanos ainda em fins do século XVIII e no século XIX. Tal movimento é trazido à tona, por exemplo, a partir da análise da vida e da obra de Jean-Jacques Rousseau, que transportou de suas experiências reais para os seus textos o desafeto à vida citadina e a sua necessidade de se deslocar para áreas rurais para apreciar o estilo de vida tranquilo e bucólico do campo, fugindo do ambiente perturbador e da vida corrompida na cidade, conforme apresentado por Bezerra (2019). Isso porque, seja no passado ou mesmo nos dias de hoje,

Os desgastes físico, afetivo e emocional decorrentes dos desafios da vida urbana e da pressão no ambiente de trabalho, criam a necessidade da fuga, quando habitualmente se mostram eficazes as “áreas verdes”, que proporcionam o contato com a natureza como alternativa para utilização do tempo livre (LEITE; HENZ, 2017, p. 773-774).

Apesar dos evidentes problemas socioambientais vivenciados pelas metrópoles industriais europeias, o apogeu econômico, o reconhecimento da importância cultural destas e a expansão da prática turística como um fenômeno social e de consumo motivou um fluxo cada vez mais intenso de visitantes e de turistas ilustres e abastados para o ambiente urbano. Para o acolhimento desse movimento foi fundamental a progressiva instalação e/ou adaptação de estruturas, equipamentos e serviços para o atendimento dos viajantes, o que fez por criar novas formas urbanas associadas aos lugares receptivos ainda no século XIX, especialmente próximas a áreas litorâneas e termais (HENRIQUES, 2003).

Dentre as estruturas presentes nas cidades, os parques e espaços verdes públicos se destacam na perspectiva de sua cooptação para finalidades e usos turísticos. No entanto, embora o surgimento e o desenvolvimento de ambos – parques urbanos e turismo – estejam assentados em tempos históricos semelhantes, nem sempre eles tiveram uma relação de efetiva aproximação². Mesmo assim, não demorou muito para que, com a consolidação do fluxo turístico global, esses espaços se convertessem em locais dotados de interesse e atratividade turística, tanto do ponto de vista histórico-cultural, como pela paisagem verde e bucólica constituída em meio ao cinza e ao concreto que domina o ambiente urbano.

A partir da primeira metade do século XX, diante das demandas sociais emergentes e da atuação de novas concepções urbanísticas, as formas e funções dos parques públicos foram diversificadas, ampliando a conexão desses espaços ao consumo do tempo livre e do lazer de cidadãos e turistas. Para tanto, faz-se referência à sistematização realizada por Carvalho e Gosling (2019) que indica a refuncionalização desses espaços ao passarem de lugares de contemplação estética e de escape dos problemas urbanos para locais de oferta de atividades de lazer e recreação ao ar livre - o que permitiu, juntamente com outros atributos, o paulatino interesse dos turistas pela visita e vivência nestes espaços.

Sob a ótica do turismo contemporâneo, os parques urbanos representam meios de transformação, embelezamento e valorização das paisagens e espaços da *urbe*, ao passo que estimulam a melhoria da qualidade de vida dos residentes, a diversificação dos atrativos turísticos e a criação de oportunidades econômicas locais (MELO, 2013), figurando comumente nas campanhas de promoção turística das cidades. Destarte, “os parques materializam-se no espaço, como lugares, como espetáculos que se manifestam pela imagem, pela publicidade, pela significação atribuída, imposta” (GOMES, 2014, p. 87) e que tem no turismo convencional e massificado um importante aliado para a reprodução de seus interesses, signos e representações.

Não se trata, portanto, de um processo unicamente espontâneo. É, na verdade, um esforço criativo, articulado através das ferramentas do marketing e do planejamento, que se volta a (re)construção, estruturação, comunicação e comercialização dos espaços verdes, em conjunto com os demais atrativos e imagem da cidade, na intenção de despertar, atrair e manter o fluxo turístico (LEITE; HENZ, 2017). Afinal, não apenas os parques e áreas verdes em si, mas, “acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 2005, p. 176) para que consiga figurar dentre as líderes na competição interurbana promovida pelo desenvolvimento capitalista, conforme tratado pelo mesmo autor.

Na perspectiva apresentada, os parques urbanos, lócus de produção e consumo em que o espaço se tornou receptor do fluxo turístico, são percebidos enquanto insumo ou mercadoria – tal como discutido por Urry (2001), através de um olhar amplo para as estruturas das cidades. Nesse processo, a requalificação urbana dada por meio da prática da visitação turística em parques e áreas verdes é justificada a partir da (re)valorização funcional e simbólica dos espaços degradados, e mediada não apenas pela atuação das

² Alguns autores chamam a atenção para a abertura de jardins a viajantes ainda nos séculos XVI e XVII. Apesar de relevantes para perceber o interesse dos viajantes nesses espaços, essas menções não situam o fato ao desenvolvimento do turismo enquanto uma atividade organizada e agenciada, já que este fenômeno só será percebido em meados do século XIX.

instâncias públicas e governamentais, mas pela ação especulativa de grupos econômicos privados. Dentre estes, destacam-se os pertencentes aos setores imobiliário, turístico e do entretenimento, que, direta ou indiretamente, buscam apenas rentabilizar seus investimentos, muitas vezes, em detrimento do bem comum e do domínio público desses espaços (RAIMUNDO; SARTI; 2019).

Uma das expressões desse movimento está na transferência, integral ou parcialmente, da gestão dos parques urbanos às iniciativas empresariais a partir da efetivação de parcerias público-privadas³. A cessão dessas áreas à iniciativa privada mediante contratos de concessão ou permissão de uso e exploração econômica, embora seja um meio para a estruturação, qualificação e modernização dos equipamentos e serviços, submetem as mesmas à lógica de mercado, voltando-as aos que efetivamente poderão pagar pelo seu uso ao passo que agem para a exclusão das camadas mais pobres da população (GOMES, 2014). Através desse modelo, amplamente defendido no país nos últimos anos por agentes que pregam a diminuição da atuação estatal e a dissolução da máquina pública, os apelos à visitação turística podem ser ampliados, porém, tendem a se dissociar das demandas sociais e comunitárias da recreação, da saúde, da qualidade de vida, do lazer, da educação ambiental, enfim, do direito ao usufruto da cidade por todos os seus residentes.

De modo oposto, o encontro de uma gestão que se norteia pelos interesses coletivos, ou seja, inclusiva, participativa, plural e transparente, e que, por conseguinte, integra, respeita e atende as demandas sociais e ambientais das comunidades de entorno e da própria cidade, pode favorecer tanto ao consumo desses espaços por parte da população residente, como tornar a experiência turística mais ampla e transformadora. Assim, a visitação pode se voltar para a apreensão das realidades locais dos que ali habitam e resistem – tanto no plano ecológico, como no político e sociocultural. Nesse entendimento, “as atividades de lazer e turismo têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade” (RAIMUNDO; SARTI, 2019, p. 109).

Diante dessa abordagem, outra importante função é atribuída a estas áreas do ponto de vista do lazer e do turismo: o auxílio no despertar para a consciência ambiental de seus usuários. O fomento à visitação aos parques urbanos, através de práticas sensibilização e conscientização ambiental regidas pelos princípios e orientações da educação ambiental, pode conduzir a um cenário de maior envolvimento da população residente, de maior atratividade para o turista e de valorização desses espaços para ambos, auxiliando também nos propósitos de conservação ambiental que induzem a sua própria existência, na pertença e a participação comunitária e na perpetuidade dos mesmos na *urbe*.

Nesse contexto, a interpretação ambiental, ferramenta relevante para a compreensão mais ampla e contextualizada da realidade através da experiência de visitação, pode ser um importante agente para promover o contato direto do visitante com o ambiente visitado buscando a sua sensibilização (WEARING; NEIL, 2014, p. 114). O planejamento das atividades interpretativas enfoca o curto prazo, considerando que o visitante terá pouco tempo de contato com a realidade visitada (CORRÊA,

³ É válido lembrar que este processo se insere no escopo de uma atuação governamental orientada pelo empreendedorismo urbano, que, além de repassar parte de suas funções à iniciativa privada, busca dotar o espaço urbano de maiores facilidades para a atração e geração de oportunidades econômicas locais e, conseqüentemente, o alcance de uma melhor posição competitiva interurbana, conforme Harvey (2005).

FOLETO; COSTA, 2020) e abarca um conjunto de modalidades, como as identificadas pelos autores acima: elaboração e publicação de mapas, folhetos, cartazes, roteiros/guias, trilhas, atividades de excursões, interpretações cênicas, palestras e outras atividades, vivências, ferramentas e metodologias.

Todavia, para que a visitação, incluindo a visitação turística, alcance o seu potencial (trans)formador, Pacheco e Raimundo (2014) defendem o estabelecimento de ações planejadas através da elaboração e implementação de programas de uso público, de modo semelhante ou próximo aos que já são desenvolvidos em parte das unidades de conservação brasileiras. Esta posição reflete a necessidade de uma atuação comprometida, continuada e guiada por instrumentos técnicos e norteadas por princípios pedagógicos que possam fundamentar a ação dos entes governamentais responsáveis pela gestão desses espaços, em conjunto com outros atores, a exemplo das instituições educacionais de diferentes níveis de ensino e de representantes de entidades do terceiro setor e de lideranças comunitárias, do setor produtivo e da sociedade em geral.

Destarte, evidencia-se o papel das secretarias municipais de meio ambiente e de turismo, das administrações diretas desses equipamentos e de outros agentes, como as universidades, os atores comunitários e, assim como, a própria iniciativa privada, que, neste caso, apenas passa a contribuir quando do momento em que dispensa seus interesses individuais e atua com vistas à coletividade. Um ponto inicial na condução da iniciativa é a formação de equipes, grupos de trabalho ou comitês gestores multidisciplinares engajados no desenvolvimento de programas, projetos e práticas de interpretação e educação ambiental considerando as distintas configurações e realidades, bem como, as demandas dos diferentes públicos e das diversas oportunidades – inclusive as ligadas ao micro empreendedorismo e a geração de renda local – estabelecidas nesses espaços.

A partir da reflexão sobre os usos atuais e as contradições instauradas no âmbito das cidades e de seus parques e espaços vegetados urbanos, se pode ampliar as compreensões sobre a existência, reprodução e contradição dos fenômenos socioespaciais e urbanos a partir do lazer e do turismo. Indo além, é possível o encontro de caminhos e possibilidades para que possam ser instauradas experiências de visitação mais responsáveis, inclusivas e conscientes, que auxiliem nos processos de regeneração socioespacial, econômica e ecológica das cidades, através da inclusão e participação social e da educação ambiental nas práticas do lazer e do turismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em paralelo ao crescimento da destinação de áreas verdes urbanas e da abertura desses espaços à visitação pública, o turismo despontou enquanto fenômeno econômico e social complexo e cada vez mais presente no cotidiano das pessoas e das cidades. Sua capacidade em forjar e requalificar os elementos da *urbe*, de impor novas dinâmicas e territorialidades e de se constituir enquanto mercadoria de consumo fugaz, de grande visibilidade e de retorno econômico previsível estabeleceu outra lógica de produção e desfrute do ambiente urbano das grandes e médias cidades – em geral, já marcadas por tensões, conflitos e contradições.

Os parques urbanos, reprodutores de uma natureza que a própria cidade tratou em dominar e reduzir, foram integrados ao turismo por meio de seus atributos paisagísticos, funcionais e simbólicos de interesse dos turistas e consagrados por sua

ação valorativa e especulativa por parte da “*indústria*” turística e dos governos locais. Destarte, diante da possibilidade de vultosos ganhos econômicos, através dos usos diretos ou indiretos, nem sempre as funções ecológicas e sociais desses espaços são totalmente consideradas e respeitadas, sobretudo, quando a participação comunitária é negada ou pouco estimulada ou até quando os instrumentos voltados à conservação ambiental não são plenamente adotados.

Do ponto de vista social, pensar (e agir) ao encontro de uma relação mais integrada e consciente entre a prática turística e os parques urbanos implica na compreensão que este último se constitui num espaço de convivência de vários grupos sociais com vontades, expressões e interesses distintos e, muitas vezes, alheios ou conflitantes. Já sob a esfera da conservação ambiental, a relação pode se constituir de maneira plena por meio da adoção de práticas de visitação que incorporem as estratégias e métodos da interpretação e da educação ambiental crítica, consciente, mobilizadora e transformadora, a partir de ações planejadas e contínuas. Para ambos, uma gestão participativa e transparente e que compreenda o potencial do lazer e do turismo na mudança das realidades, oferecendo suporte para a construção de experiências de visitação plurais, virtuosas e responsáveis em meio ao verde cidadão.

Diante disso, acredita-se que este trabalho tenha contribuído para suscitar e ampliar as discussões a respeito dos parques urbanos e a sua associação ao lazer e as maneiras de se vivenciar a cidade contemporânea através do turismo. Indo além, também se espera que tenha auxiliado na compreensão sobre o papel e as funções da visitação turística nos cenários ecológico e social em que esses equipamentos se inserem, bem como sobre os interesses que envolvem os diferentes atores envolvidos e/ou afetados e dos meios de apropriação e participação social imbuídos nos fenômenos aqui em enfoque.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Pro-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários (PREX) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) pela execução da ação extensionista “Visitação e Interpretação Ambiental em Parques Urbanos de Teresina (PI)” (2020-2021 e 2021-2022).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. Parques urbanos. Transformações e permanências ao longo da história. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 247.03, Vitruvius, dez. 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7960>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BEZERRA, Gustavo Cunha. Nas trilhas de Rousseau: A paisagem natural e os devaneios. In: Ramiro, Patrícia A. (org.). **Turismo, cultura e meio ambiente** – coletânea franco-brasileira. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 21-38.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Ítalo Brener; GOSLING Marlusa de Sevilha. Parques verdes urbanos e transformação de comportamento: uma proposta de framework teórico entre a Transformative Service Research e a Service Dominant Logic. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 4, out-dez./2019. - p. 1099-1114. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/inter/v20n4/1518-7012-inter-20-04-1099.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2020.

CHIESURA, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**. V. 68, mai/2004 – p. 129-138.

CORRÊA, Letícia Ramires; FOLETO, Eliane Maria; COSTA, Francisco da Silva. Interpretação ambiental através dos programas de uso público das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Federais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 166-187, jan-abr/2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9641>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2008.

HENRIQUES, Eduardo Brito. A cidade, destino de turismo. **Geografia: Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. XIX, p. 163-172, 2003. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7676>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

KIYOTANI, Ilana Barreto; ROCHA, Luana da Silva; PAES, Tais Alexandre A. Uso dos parques públicos como atrativo turístico e formação da imagem local: estudo de caso sobre o Parque Arruda Câmara - João Pessoa/PB. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**. v. 8, n. 14 abr/2016, p. 39-58. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/3918>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0079.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; HENZ, Aline Patrícia. Parques Urbanos de Curitiba (PR): Espacialidade, Planejamento e Turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo** [S. l.], v. 10, n. 4, 2017. p. 767-788. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6563>>. Acesso em: 8 out. 2022.

LIMNIOS, Giorgia; FURLAN, Sueli Ângelo. Parques urbanos no município de São Paulo - SP (Brasil): Espacialização e demanda social. **Revista LABVERDE**, [S. l.], n.

6, p. 173-189, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61914>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LOUGHRAN, Kevin. Urban parks and urban problems: An historical perspective on green space development as a cultural fix. **Urban Studies**. mai/2018, p. 2321-2338. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0042098018763555>>. Acesso em 15. dez. 2020.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2010.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 21, p. 199-213, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão**. 2013. 202 f., il. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Turismo, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_8520db0a07e64791456f696869a11ebd>. Acesso em: 22 out. 2022.

MENESES, Ana Raquel Santos de. **Desafios da gestão dos parques urbanos de Recife**. 2018. 293 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/10066?mode=full>>. Acesso em 10 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. v.1, n. 3, set/dez. 2014. - pp. 43-66. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/462>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PAULA, Daniela de. **Usos e desusos de parques urbanos contemporâneos: estudo de caso parque da cidade Serra/ ES**. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), [S. l.], 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/10066>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos e o seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**. v. 6, n. 2, 2016. - p. 3-24. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2791>>. Acesso: 01 dez. 2020.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo. **Geograficidade**. v. 9, n. 2. Inverno, 2019, p. 104-118. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/29167>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI. **Estudos – Vida e Saúde**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 287-298, jun./ago. 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2919>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

URRY, John. Globalizing the Tourist Gaze. **Cityscapes Conference**, Graz, 2001. Disponível em: <<https://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/urry-globalising-the-tourist-gaze.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2021.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri, SP: Manole, 2014.

Urban parks in the dynamics of leisure and tourism: among contradictions and possibilities

Abstract

The phenomenon of leisure and tourism have emerged as intensive and contemporary production and consumption of spaces in cities and, in particular, their green areas and urban parks acquire new shapes, functionalities and symbologies. By focusing on tourism as a complex, dynamic and multidimensional phenomenon, we can see how, in addition, to promoting requalification and space valorization and generating local economic opportunities, it creates or amplifies tensions, disputes and contradictions around the urban environment and its green areas. Based on this understanding the central objective of this research is to understand the association between urban parks and visitation, especially tourism, in the context of current cities - a city that seeks to be guided by the assumptions of sustainability in order to stand out in regional and global interurban competition. To this goal, this is a theoretical and investigation study, which uses a qualitative approach, based on a survey of literature and bibliographical research, to achieve its intentions. It starts from a historical perspective that seeks to portray and reflect about the origins of green areas and urban parks from modern times to the present day in order to understand the roles, appeals, intentions and uses inherent in these spaces. In this context leisure and tourism are contemporary means of production and consumption that can both aggravate socio-space problems and conflicts but can offer more conscious and responsible uses when linked to proposals that integrate the surrounding communities, visitors and tourists. Finally, the importance of planning and managing visitation in urban parks is highlighted with the inclusion of environmental education, interpretive resources, and measures to increase social and community participation.

Keywords: Urban park. Tourism. Leisure. City.